

STJ00109330

Pablo Stolze Gagliano
Rodolfo Pamplona Filho

Manual de Direito Civil

VOLUME ÚNICO

4ª edição
revista, ampliada e atualizada
2020

saraiva  jur



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação e revisão	Know-How Editorial
Capa	Roney Cameio
Ilustrações	Estúdio Lab307 / Erik Malagrino
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gagliano, Pablo Stolze ; Pamplona Filho, Rodolfo

Manual de direito civil – volume único / Pablo Stolze Gagliano; Rodolfo Pamplona Filho. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
1.808 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1466-0 (impresso)

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

20-0150

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 10-12-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606172 CAE 666999

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota dos Autores</i>	9

PARTE HERMENÊUTICA

CAPÍTULO I

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

1. O objetivo de uma Lei de Introdução	43
2. Interpretação de normas.....	44
3. Algumas noções sobre a integração normativa	47
4. Aplicação temporal de normas.....	48
5. Conflito de normas no tempo (direito intertemporal).....	53
6. Aplicação espacial de normas.....	55
7. Conflito de normas no espaço.....	57
8. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB)	60

PARTE GERAL

PESSOAS

CAPÍTULO II

PESSOA NATURAL

CONTÉM VIDEOAULA



1. A personalidade jurídica	69
1.1. Conceito.....	69
1.2. Aquisição da personalidade jurídica.....	69
1.3. O nascituro.....	71
2. Capacidade	74
2.1. Incapacidade absoluta	76
2.2. Incapacidade relativa.....	81

2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos	81
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.....	83
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	84
2.2.4. Os pródigos.....	85
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos indígenas.....	86
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....	87
3. Emancipação.....	88
4. Direitos da personalidade.....	94
5. Extinção da pessoa natural	106
5.1. Morte presumida.....	107
5.1.1. Ausência	108
5.1.2. Justificação de óbito	112
5.2. Morte simultânea (comoriência)	112

CAPÍTULO III PESSOA JURÍDICA

CONTÉM VIDEOAULA



1. Conceito	114
2. Surgimento da pessoa jurídica	114
3. Classificação das pessoas jurídicas	117
3.1. Pessoas jurídicas de direito público	117
3.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	119
3.2.1. As associações	121
3.2.2. As sociedades.....	125
3.2.3. As fundações	128
3.2.4. As organizações religiosas.....	134
3.2.5. Os partidos políticos	134
3.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada	135
4. Desconsideração da personalidade jurídica	138
5. Extinção da pessoa jurídica.....	147

CAPÍTULO IV DOMICÍLIO

1. Conceito e distinções necessárias	149
2. Tratamento legal e mudança de domicílio	151
3. Domicílio aparente ou ocasional.....	152
4. Domicílio da pessoa jurídica	152
5. Espécies de domicílio	153

CAPÍTULO V BENS

1. Conceito	156
2. Classificação	156
2.1. Dos bens considerados em si mesmos	156
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos.....	156

2.1.2. Bens imóveis e móveis.....	157
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis	161
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	161
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis.....	162
2.1.6. Bens singulares e coletivos.....	163
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	164
2.3. Dos bens públicos e particulares.....	165

FATOS JURÍDICOS

CAPÍTULO VI FATO JURÍDICO

1. Conceito e classificação dos fatos jurídicos.....	167
2. Negócio jurídico.....	171
2.1. Conceito	171
2.2. Planos de análise	173
2.3. Defeitos do negócio jurídico.....	175
2.3.1. Erro ou ignorância.....	176
2.3.2. Dolo.....	178
2.3.3. Coação.....	181
2.3.4. Lesão	183
2.3.5. Estado de perigo.....	186
2.3.6. Simulação.....	188
2.3.7. Fraude contra credores	192
2.4. Invalidade do negócio jurídico	198
2.5. Elementos acidentais do negócio jurídico.....	210
2.5.1. Condição	211
2.5.2. Termo.....	219
2.5.3. Encargo.....	221
3. Ato ilícito.....	223

CAPÍTULO VII PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1. Noções conceituais	227
2. A prescrição e a decadência no Código Civil.....	232
3. Causas impeditivas e suspensivas	234
4. Causas interruptivas	238
5. Direito intertemporal.....	242

PARTE ESPECIAL

OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO VIII INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito do direito das obrigações.....	247
2. Distinção entre direitos pessoais e reais	247
3. Figuras híbridas entre direitos pessoais e reais	248

4. Considerações terminológicas.....	249
5. Estrutura da relação jurídica obrigacional.....	251
5.1. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional.....	252
5.2. Elemento objetivo: a prestação.....	253
5.2.1. Características fundamentais da prestação.....	257
5.2.1.1. Licitude.....	258
5.2.1.2. Possibilidade.....	259
5.2.1.3. Determinabilidade.....	260
5.3. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor.....	260
6. Fontes das obrigações.....	261

CAPÍTULO IX CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução.....	265
2. Classificação básica.....	265
2.1. Obrigações de dar.....	266
2.1.1. Obrigações de dar coisa certa.....	266
2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta.....	269
2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias).....	272
2.2. Obrigações de fazer.....	275
2.3. Obrigações de não fazer.....	283
3. Classificação especial das obrigações.....	286
3.1. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos).....	287
3.1.1. Obrigações fracionárias.....	288
3.1.2. Obrigações conjuntas.....	289
3.1.3. Obrigações disjuntivas.....	290
3.1.4. Obrigações solidárias.....	290
3.1.4.1. A solidariedade.....	290
3.1.4.1.1. Solidariedade ativa.....	293
3.1.4.1.2. Solidariedade passiva.....	296
3.1.4.2. Subsidiariedade.....	301
3.2. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação).....	304
3.2.1. Obrigações alternativas.....	304
3.2.2. Obrigações facultativas.....	307
3.2.3. Obrigações cumulativas.....	308
3.2.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	308
3.2.5. Obrigações líquidas e ilíquidas.....	312
3.3. Classificação especial quanto ao elemento accidental.....	313
3.3.1. Obrigações condicionais.....	313
3.3.2. Obrigações a termo.....	314
3.3.3. Obrigações modais.....	314
3.4. Classificação especial quanto ao conteúdo.....	315
3.4.1. Obrigações de meio.....	315
3.4.2. Obrigações de resultado.....	315
3.4.3. Obrigações de garantia.....	316
4. Obrigação natural.....	316

CAPÍTULO X
TEORIA DO PAGAMENTO

CONTEM VIDEOAULA



1.	Conceito e natureza jurídica do pagamento.....	321
2.	Condições subjetivas do pagamento.....	323
2.1.	De quem deve pagar.....	323
2.2.	Daqueles a quem se deve pagar.....	327
3.	Condições objetivas do pagamento.....	331
3.1.	Do objeto do pagamento e sua prova.....	331
3.2.	Do lugar do pagamento.....	335
3.3.	Do tempo do pagamento.....	337
4.	Teoria do adimplemento substancial (<i>substantial performance</i>).....	338

CAPÍTULO XI
FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO

1.	Introdução.....	344
2.	Consignação em pagamento.....	344
3.	Pagamento com sub-rogação.....	360
4.	Imputação do pagamento.....	366
5.	Dação em pagamento.....	369
6.	Novação.....	372
7.	Compensação.....	379
8.	Confusão.....	384
9.	Remissão.....	385

CAPÍTULO XII
TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

1.	Introdução.....	391
2.	Cessão de crédito.....	392
3.	Cessão de débito (assunção de dívida).....	397
4.	Cessão de contrato.....	400

CAPÍTULO XIII
TEORIA DO INADIMPLEMENTO

1.	Noções introdutórias.....	403
2.	Inadimplemento fortuito da obrigação.....	404
3.	Inadimplemento culposo da obrigação.....	406
3.1.	Perdas e danos.....	409
3.2.	O dever de mitigar o próprio prejuízo (<i>duty to mitigate the loss</i>).....	414
3.3.	Juros.....	418
3.4.	Inadimplemento relativo — a mora.....	423
3.4.1.	Mora do devedor.....	424
3.4.2.	Mora do credor.....	427
3.4.3.	Purgação e cessação da mora.....	429

4. Cláusula penal	431
5. Arras	438

CONTRATOS

CAPÍTULO XIV VISÃO ESTRUTURAL DO CONTRATO

CONTÉM VÍDEOAULA



1. Conceito de contrato	443
2. Natureza jurídica do contrato.....	446
3. Princípios do Direito Contratual	447
3.1. Princípio da autonomia da vontade ou do consensualismo.....	449
3.2. Princípio da força obrigatória do contrato.....	452
3.3. Princípio da relatividade subjetiva dos efeitos do contrato.....	454
3.4. Princípio da função social do contrato.....	455
3.5. Princípio da equivalência material.....	464
3.6. Princípio da boa-fé.....	465
3.6.1. Delimitação conceitual.....	466
3.6.2. Funções da boa-fé objetiva	469
3.6.2.1. Função interpretativa e de colmatação	469
3.6.2.2. Função criadora de deveres jurídicos anexos.....	470
3.6.2.2.1. Deveres de lealdade e confiança recíprocas.....	470
3.6.2.2.2. Dever de assistência.....	471
3.6.2.2.3. Dever de informação	471
3.6.2.2.4. Dever de sigilo ou confidencialidade.....	472
3.6.2.3. Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos	472
3.6.3. Desdobramentos da boa-fé objetiva.....	476
3.6.3.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	477
3.6.3.2. <i>Supressio</i>	478
3.6.3.3. <i>Surrectio</i>	479
3.6.3.4. <i>Tu quoque</i>	479
3.6.3.5. <i>Exceptio doli</i>	479
3.6.3.6. Inalegabilidade das nulidades formais.....	480
3.6.3.7. Desequilíbrio no exercício jurídico	481
3.6.3.8. Cláusula de Stoppel.....	481

CAPÍTULO XV FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Noções básicas.....	482
2. Fase de pontuação (negociações preliminares).....	483
3. Proposta de contratar.....	485
3.1. Prazo de validade da proposta	486
3.2. A oferta ao público.....	487
3.3. Consequências jurídicas da morte do proponente	489
4. A aceitação	489
5. Formação dos contratos entre ausentes	490

6. A proposta no Código de Defesa do Consumidor.....	492
7. Lugar da formação do contrato	494

CAPÍTULO XVI
DAS ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS EM RELAÇÃO A TERCEIROS

1. Introdução.....	495
2. Estipulação em favor de terceiro	495
3. Promessa de fato de terceiro	497
3.1. Natureza jurídica.....	498
3.2. Exclusão de responsabilidade.....	498
4. Contrato com pessoa a declarar	499

CAPÍTULO XVII
CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito e institutos similares	501
2. Natureza jurídica	502
3. Classificação	502
4. Tutela específica	504

CAPÍTULO XVIII
VÍCIOS REDIBITÓRIOS

CONTÉM VIDEOAULA



1. Conceito e características	505
2. Consequências jurídicas da verificação de vícios redibitórios.....	506
3. Prazo para a propositura das ações edilícias.....	507
4. Vícios redibitórios e o Código de Defesa do Consumidor.....	511

CAPÍTULO XIX
EVICÇÃO

1. Noções conceituais	513
2. Fundamentos jurídicos	514
3. Requisitos	514
3.1. Aquisição de um bem	515
3.1.1. Contratos onerosos.....	515
3.1.2. Aquisição em hasta pública.....	516
3.2. Perda da posse ou da propriedade.....	518
3.3. Prolação de sentença judicial ou execução de ato administrativo	518
4. Direitos do evicto.....	519
5. Espécies de evicção: total e parcial.....	520
6. Evicção e autonomia da vontade — a cláusula de não evicção.....	521

CAPÍTULO XX
EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Introdução.....	523
2. Extinção natural do contrato.....	524
2.1. Cumprimento do contrato ou exaustão do seu objeto.....	524

2.2. Verificação de fatores eficaciais.....	525
2.2.1. Vencimento do termo.....	525
2.2.2. Implemento de condição resolutiva.....	525
2.2.3. Frustração da condição suspensiva.....	526
3. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato.....	526
3.1. Nulidade ou anulabilidade.....	526
3.2. Redibição.....	527
3.3. Direito de arrependimento.....	527
4. Causas supervenientes à formação do contrato.....	528
4.1. Resilição.....	528
4.1.1. Bilateral (distrato).....	529
4.1.2. Unilateral.....	530
4.2. Resolução.....	535
4.2.1. Algumas palavras sobre a voluntariedade da inexecução.....	535
4.2.2. Cláusula resolutória (expressa ou tácita).....	536
4.3. Rescisão.....	539
4.4. Morte do contratante.....	540
4.5. Caso fortuito ou força maior.....	541

CAPÍTULO XXI

EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

1. Considerações iniciais.....	542
2. Conceito e natureza jurídica.....	542
3. Elementos caracterizadores.....	544
4. Restrição à aplicação do instituto.....	544
5. Garantia de cumprimento.....	545
6. A exceção do contrato não cumprido e a Administração Pública.....	545

CAPÍTULO XXII

TEORIA DA IMPREVISÃO E RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

1. Introdução.....	547
2. Elementos para aplicabilidade da teoria da imprevisão.....	548
3. Teoria da imprevisão × lesão.....	548
4. Teoria da imprevisão × inadimplemento fortuito (caso fortuito ou força maior).....	549
5. A teoria da imprevisão no Código de Defesa do Consumidor.....	550
6. A teoria da imprevisão no Código Civil de 2002.....	550
6.1. Aplicabilidade do instituto.....	551
6.2. Revisibilidade do contrato.....	552
6.3. Aplicação da teoria nos contratos unilaterais.....	553

CAPÍTULO XXIII

CONTRATOS ATÍPICOS

1. Introdução.....	554
2. Contratos típicos e atípicos.....	555
2.1. Distinção dos contratos nominados e inominados.....	557
2.2. Classificação dos contratos atípicos.....	557
2.3. Disciplina jurídica dos contratos atípicos.....	558
3. Os contratos atípicos no Código Civil brasileiro.....	560
4. União de contratos ou contratos coligados.....	562

CAPÍTULO XXIV
COMPRA E VENDA

1. Conceito e partes.....	565
2. Características.....	566
3. Elementos essenciais	570
3.1. O consentimento	571
3.2. A coisa	571
3.3. O preço.....	573
4. Despesas com o contrato de compra e venda.....	575
5. Responsabilidade civil pelos riscos da coisa.....	576
6. Questões especiais referentes à compra e venda	579
6.1. Venda a descendente.....	579
6.2. Situações especiais referentes à falta de legitimidade para a compra e venda	581
6.3. Venda a condômino	583
6.4. Venda entre cônjuges e entre companheiros	585
7. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	586
8. Cláusulas especiais ou pactos acessórios à compra e venda	589
8.1. Retrovenda	590
8.2. Venda a contento e sujeita à prova (por experimentação)	594
8.3. Preempção ou preferência.....	596
8.4. Venda com reserva de domínio	599
8.5. Venda sobre documentos.....	602

CAPÍTULO XXV
TROCA OU PERMUTA

1. Denominação e conceito.....	605
2. Características.....	605
3. Permuta de valores desiguais.....	607
4. Disciplina jurídica	608

CAPÍTULO XXVI
CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e partes.....	610
2. Natureza jurídica	611
3. Características.....	613

CAPÍTULO XXVII
DOAÇÃO

1. Conceito e partes.....	615
2. Características.....	616
3. Aceitação da doação	618
4. Doação <i>mortis causa</i>	621
5. Doação inoficiosa.....	622
6. Doação universal	625
7. Promessa de doação (<i>pactum de donando</i>).....	627
8. Espécies de doação.....	629
8.1. Doação pura × doação com fatores eficaciais.....	629
8.2. Doação contemplativa × doação remuneratória	630
8.3. Doação conjuntiva	631

8.4. Doação com cláusula de reversão.....	632
8.5. Doação mista × doações mútuas.....	633
8.6. Doação sob forma de subvenção periódica.....	634
8.7. Doação indireta × doação disfarçada.....	634
9. Extinção do contrato de doação.....	635
9.1. Meio natural de extinção.....	635
9.2. Revogação da doação (inexecução do encargo e ingratidão do donatário).....	635
9.2.1. Hipóteses de ingratidão.....	637
9.2.2. Ação revocatória: características. Condições. Prazos. Efeitos.....	646
9.2.3. Doações não sujeitas à revogação.....	648
10. Doação por procuração.....	649

CAPÍTULO XXVIII LOCAÇÃO DE COISAS

1. Noções gerais.....	650
2. Conceito.....	651
3. Elementos essenciais.....	652
3.1. Tempo (duração da locação).....	652
3.2. Coisa (objeto da locação).....	655
3.3. Retribuição (preço da locação).....	656
4. Características.....	657
5. Modalidades.....	658
6. Conteúdo do contrato de locação (direitos e obrigações das partes).....	660
6.1. Obrigações do locador × direitos do locatário.....	661
6.1.1. Entregar ao locatário a coisa alugada.....	661
6.1.2. Manter a coisa alugada no mesmo estado.....	662
6.1.3. Garantir o uso pacífico da coisa.....	664
6.2. Obrigações do locatário × direitos do locador.....	665
6.2.1. Servir-se da coisa alugada para os usos contratados.....	665
6.2.2. Tratar a coisa alugada como se sua fosse.....	666
6.2.3. Pagar pontualmente o aluguel.....	666
6.2.4. Levantar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros.....	666
6.2.5. Restituir a coisa, finda a locação, no estado em que a recebeu.....	667
7. A indenização por benfeitorias na coisa locada.....	667
8. Direito de retenção.....	667
9. Extinção do contrato de locação.....	668

CAPÍTULO XXIX EMPRESTIMO

1. Introdução.....	673
2. Comodato.....	674
2.1. Histórico e conceito.....	674
2.2. Características.....	676
2.3. Prazo do contrato.....	677
2.4. Partes e objeto.....	679
2.5. Direitos e obrigações das partes.....	680
2.6. Despesas feitas pelo comodatário.....	682
2.7. Extinção.....	683
3. Mútuo.....	684

3.1. Histórico e conceito	684
3.2. Riscos da coisa emprestada	685
3.3. Características	686
3.4. Prazo do contrato.....	688
3.5. Partes e objeto.....	688
3.6. Mútuo feito a menor	689
3.7. Garantia de restituição ao mutuante	693
3.8. Direitos e obrigações das partes	693
3.9. Extinção.....	693

**CAPÍTULO XXX
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

1. Considerações terminológicas iniciais.....	695
2. Conceito e contratos afins.....	695
3. Características.....	697
4. Objeto.....	698
5. Forma.....	699
6. Retribuição.....	699
6.1. Compensação na ausência de habilitação	700
7. Tempo de duração.....	701
7.1. Direito ao aviso prévio	702
7.2. Contagem do tempo	703
8. Extinção do contrato.....	704
8.1. Direito à certificação	705
8.2. Indenizações pela extinção antecipada	705
9. Aliciamento de mão de obra	706

**CAPÍTULO XXXI
EMPREITADA**

1. Noções conceituais	707
2. Objeto.....	707
3. Características.....	708
4. Modalidades	710
4.1. Empreitada de labor	710
4.2. Empreitada de materiais	711
5. O preço	712
6. Direitos e deveres do empreiteiro e do comitente/dono da obra.....	714
6.1. Remuneração	714
6.2. Aceitação	714
6.3. Pagamento de materiais recebidos e inutilizados	714
6.4. Inalterabilidade relativa do projeto.....	715
7. Prazo de garantia	716
8. Suspensão do contrato de empreitada.....	719
9. Extinção do contrato de empreitada.....	720

**CAPÍTULO XXXII
DEPÓSITO**

1. Conceito	722
2. Características.....	723

3. Partes e objeto.....	726
4. Espécies de depósito	728
5. Direitos e obrigações das partes.....	732
6. Negativa de devolução da coisa depositada.....	734
6.1. Análise dos arts. 633 a 635 do Código Civil.....	734
6.2. Direito de retenção.....	735
7. Extinção do contrato de depósito	737

CAPÍTULO XXXIII MANDATO

1. Conceito e denominação	738
2. Distinções terminológicas.....	738
3. Partes	741
4. Características.....	743
5. Forma.....	745
6. Substabelecimento	746
7. Objeto do mandato.....	748
8. Espécies.....	751
8.1. Mandato extrajudicial.....	752
8.2. Mandato judicial	752
9. Conteúdo do mandato	755
10. Direitos e obrigações das partes	756
10.1. Obrigações do mandatário × direitos do mandante	757
10.2. Obrigações do mandante × direitos do mandatário	759
11. Irrevogabilidade do mandato	761
12. Extinção do mandato	763

CAPÍTULO XXXIV COMISSÃO

1. Conceito e elementos.....	764
2. Características.....	765
3. Direitos e obrigações das partes.....	768
4. Espécies de comissão.....	771
5. Cláusula <i>del credere</i>	771
6. Extinção do contrato.....	773

CAPÍTULO XXXV AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Unidade ou distinção conceitual?	774
2. Características.....	777
3. Direitos e obrigações das partes	778
4. Extinção do contrato	781

CAPÍTULO XXXVI CORRETAGEM

1. Conceito e institutos análogos.....	783
2. Tipologia.....	784
3. Características.....	786
4. Direitos e deveres das partes.....	787

5. Remuneração do corretor.....	788
6. Extinção do contrato de corretagem	790

CAPÍTULO XXXVII TRANSPORTE

1. Conceito	791
2. Características.....	793
3. Transporte de coisas ou mercadorias	796
4. Transporte de pessoas.....	803
5. Transporte gratuito	807
6. Extinção do contrato de transporte.....	810

CAPÍTULO XXXVIII SEGURO

1. Conceito	811
2. Princípios reguladores	812
3. Natureza jurídica	814
4. Características.....	815
5. Partes	817
6. Objeto do seguro: o risco.....	820
7. A boa-fé e o contrato de seguro	823
8. Apólice.....	826
9. Direitos e obrigações das partes	828
10. Prêmio.....	829
11. Agente autorizado do segurador: o corretor de seguros	833
12. Espécies de seguro: seguro de dano e seguro de pessoa	834
12.1. Seguro de dano	835
12.1.1. Sinistro parcial	836
12.1.2. Garantia do seguro e vício intrínseco da coisa segurada.....	837
12.1.3. Seguro de coisas transportadas.....	839
12.1.4. Transferência do contrato	840
12.1.5. Direito de regresso da companhia seguradora	841
12.1.6. Seguro de responsabilidade civil.....	842
12.2. Seguro de pessoa	845
12.2.1. Noções introdutórias.....	845
12.2.2. Seguro de acidentes pessoais	847
12.2.3. Seguro de vida	847
12.2.4. Seguro em grupo.....	854
13. Extinção do contrato.....	855

CAPÍTULO XXXIX CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito	856
2. Características.....	857
3. Forma.....	859
4. Direitos e obrigações das partes	860
5. Nulidade da constituição de renda	861
6. Direito de crescer	861
7. Extinção do contrato.....	861

CAPÍTULO XL
JOGO E APOSTA

1.	Noções introdutórias.....	863
2.	Conceito	863
3.	Natureza jurídica	865
4.	Espécies de jogo.....	866
5.	Características.....	869
6.	Contratos diferenciais.....	870
7.	Utilização do sorteio	872
8.	O reembolso de empréstimo para jogo ou aposta	872
9.	Extinção do contrato.....	873

CAPÍTULO XLI
FIANÇA

1.	Conceito	874
2.	Características.....	874
3.	Partes	877
4.	Objeto.....	879
5.	Espécies de fiança	881
6.	Efeitos da fiança	884
	6.1. Benefício de ordem	884
	6.2. Direitos e deveres das partes.....	886
7.	Fiança conjunta.....	889
8.	Limitação temporal da fiança.....	890
9.	Fiança e aval.....	892
10.	Fiança e outorga uxória.....	893
11.	Extinção da fiança	895

CAPÍTULO XLII
TRANSAÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica.....	897
2.	Elementos analiticamente considerados.....	898
3.	Características.....	899
4.	Espécies.....	901
5.	Forma.....	902
6.	Objeto.....	902
7.	Efeitos.....	903

CAPÍTULO XLIII
COMPROMISSO

1.	Conceito de compromisso.....	904
2.	Características.....	906
3.	Natureza jurídica	908
4.	O compromisso no procedimento da arbitragem	908
5.	Extinção do contrato de compromisso	910

CAPÍTULO XLIV
ATOS UNILATERAIS

1.	Noções introdutórias.....	911
----	---------------------------	-----

2. Promessa de recompensa.....	911
2.1. Pressupostos de validade	912
2.2. Possibilidade de revogação	912
2.3. Concorrência de interessados	913
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa	913
3. Gestão de negócios	914
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio	915

CAPÍTULO XLV

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO

1. Enriquecimento sem causa.....	917
2. Pagamento indevido.....	918
2.1. Espécies de pagamento indevido	919
2.2. Pagamento indevido e boa-fé	919
2.3. Ação de <i>in rem verso</i>	921

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO XLVI

INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE JURÍDICA

1. Introdução.....	924
2. Conceito jurídico de responsabilidade.....	924
3. Responsabilidade jurídica × responsabilidade moral.....	926
4. Responsabilidade civil × responsabilidade criminal.....	926

CAPÍTULO XLVII

NOÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Conceito de responsabilidade civil	929
2. Breve notícia histórica da responsabilidade civil	929
3. Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil.....	932
3.1. Responsabilidade civil subjetiva × responsabilidade civil objetiva	933
3.2. Responsabilidade civil contratual × responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana	935
4. Natureza jurídica da responsabilidade civil	939
5. Função da reparação civil.....	940
6. Importância do estudo da responsabilidade civil	941

CAPÍTULO XLVIII

ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil	943
2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa.....	943
3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade.....	945

CAPÍTULO XLIX

A CONDUTA HUMANA

1. A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil.....	946
2. Classificação da conduta humana.....	947
3. A conduta humana e a ilicitude.....	949

CAPÍTULO L

O DANO

1. Conceito de dano	953
2. Requisitos do dano indenizável	955
3. Espécies de dano: patrimonial, moral, estético, existencial e social	957
4. Dano reflexo ou em ricochete	960
5. Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos	961
6. Formas de reparação de danos	963
7. O tempo como um bem jurídico tutelável	964

CAPÍTULO LI

O DANO MORAL

1. Introdução	968
2. A preocupação do Código Civil de 2002 com a questão da moralidade	968
3. Conceito e denominação	969
4. Dano moral direto e indireto	970
5. Natureza jurídica da reparação do dano moral	971
6. Dano moral e pessoa jurídica	974
7. Dano moral e direitos difusos e coletivos	975

CAPÍTULO LII

NEXO DE CAUSALIDADE

1. Introdução	979
2. Teorias explicativas do nexo de causalidade	980
2.1. Teoria da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	980
2.2. Teoria da causalidade adequada	982
2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata	983
3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro	985
4. Causas concorrentes	986
5. Concausas	988
6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil	989

CAPÍTULO LIII

CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E
CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

1. Introdução	991
2. Causas excludentes de responsabilidade civil	991
2.1. Estado de necessidade	992
2.2. Legítima defesa	993
2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal	994
2.4. Caso fortuito e força maior	996
2.5. Culpa exclusiva da vítima	998
2.6. Fato de terceiro	999
3. Cláusula de não indenizar	1000

CAPÍTULO LIV

A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E A NOÇÃO DE CULPA

1. Introdução	1003
2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio	1003

3. Elementos da culpa.....	1007
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia)	1007
5. Espécies de culpa.....	1010

CAPÍTULO LV

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A ATIVIDADE DE RISCO

1. Introdução.....	1013
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e o risco da atividade.....	1013
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002.....	1019

CAPÍTULO LVI

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO

1. Introdução.....	1023
2. Tratamento legal da matéria	1023
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores	1026
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados	1027
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente, pelos atos dos seus empregados, serviçais ou prepostos.....	1029
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos.....	1032
7. Responsabilidade civil pelo produto de crime	1033
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado	1034

CAPÍTULO LVII

RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA E DO ANIMAL

CONTÉM VIDEOAULA



1. Introdução.....	1035
2. A importância do direito francês.....	1036
3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil.....	1037
4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal.....	1037
5. Tratamento legal	1038
5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal.....	1038
5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção.....	1040
5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios.....	1042

CAPÍTULO LVIII

PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

1. Esclarecimentos terminológicos	1043
2. Concurso de credores.....	1043
3. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro	1044
4. Ordem preferencial no direito brasileiro	1046

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO LIX

NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS REAIS

1. Direitos reais: denominação e conceito.....	1050
2. Natureza da relação jurídica real	1050
3. Obrigação real (<i>propter rem</i>).....	1052
4. Classificação dos direitos reais.....	1053

CAPÍTULO LX

POSSE

1. Conceito e natureza jurídica	1055
2. Teorias da posse	1058
3. Teoria adotada pelo Código Civil.....	1059
4. Detenção.....	1060
5. Posse de direitos (<i>possessio juris</i>)	1062
6. Classificação da posse	1062
6.1. Quanto ao exercício e gozo (posse direta e posse indireta).....	1063
6.2. Quanto à existência de vício (posse justa e posse injusta).....	1064
6.3. Quanto à legitimidade do título ou ao elemento subjetivo (posse de boa-fé e posse de má-fé)	1066
6.4. Quanto ao tempo (posse nova e posse velha)	1067
6.5. Quanto à proteção (posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>)	1068
7. Composse.....	1069
8. Momento de aquisição da posse.....	1070
9. Quem pode adquirir a posse.....	1071
10. Modos de perda da posse.....	1071
11. Efeitos da posse	1072
11.1. Percepção dos frutos e produtos.....	1072
11.2. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	1074
11.3. Indenização pelas benfeitorias realizadas.....	1075
11.4. Proteção possessória.....	1077
11.4.1. De direito material	1077
11.4.2. De direito processual	1078

CAPÍTULO LXI

PROPRIEDADE

1. Conceito	1084
2. Características.....	1085
3. Extensão da propriedade.....	1086
4. Função social da propriedade	1088
5. Classificação	1089
5.1. Quanto à extensão do direito do titular (alcance subjetivo)	1089
5.2. Quanto à perpetuidade do domínio (alcance temporal)	1090
5.3. Quanto à localização e destinação da propriedade (alcance finalístico).....	1091
6. Aquisição da propriedade imóvel.....	1093
6.1. Usucapião	1093
6.1.1. Conceito e pressupostos.....	1093
6.1.2. Principais espécies.....	1094

6.1.2.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC)	1094
6.1.2.2. Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC)	1095
6.1.2.3. Usucapião constitucional (ou especial) rural ou <i>pro labore</i> (art. 191 da CF; art. 1.239 do CC).....	1097
6.1.2.4. Usucapião constitucional (ou especial) urbana ou <i>pro misero</i> (art. 183 da CF; art. 1.240 do CC; art. 9º do Estatuto da Cidade).....	1097
6.1.2.5. Usucapião especial urbana coletiva (art. 10 do Estatuto da Cidade)..	1099
6.1.2.6. Usucapião rural coletiva (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC).....	1101
6.1.2.7. Usucapião familiar (art. 1.240-A do CC).....	1104
6.1.2.8. Usucapião indígena (Lei n. 6.001, de 1973).....	1107
6.1.2.9. Usucapião administrativa (art. 1.071 do CPC)	1107
6.2. Registro imobiliário.....	1110
6.3. Acessão.....	1114
6.3.1. Conceito	1114
6.3.2. Distinção entre acessão e benfeitoria	1115
6.3.3. Acessão natural: formação de ilhas	1115
6.3.4. Acessão natural: aluvião.....	1116
6.3.5. Acessão natural: avulsão	1117
6.3.6. Acessão natural: álveo abandonado	1118
6.3.7. Acessão artificial: construções e plantações	1119
7. Aquisição da propriedade mobiliária.....	1121
7.1. Usucapião	1121
7.2. Ocupação.....	1121
7.3. Achado de tesouro.....	1123
7.4. Tradição	1123
7.5. Especificação.....	1126
7.6. Confusão, comistão e adjunção	1127
8. Perda da propriedade	1128

CAPÍTULO LXII DIREITOS DE VIZINHANÇA

1. Conceito	1130
2. Uso anormal da propriedade (arts. 1.277 a 1.281)	1131
3. Árvores limítrofes (arts. 1.282 a 1.284)	1132
4. Passagem forçada (art. 1.285).....	1133
5. Passagem de cabos e tubulações (arts. 1.286 e 1.287)	1134
6. Das águas (arts. 1.288 a 1.296).....	1135
7. Limites entre prédios e do direito de tapagem (arts. 1.297 e 1.298).....	1137
8. Direito de construir (arts. 1.299 a 1.313).....	1139

CAPÍTULO LXIII CONDOMÍNIO

CONTÉM VIDEOAULA



1. Noções introdutórias.....	1145
2. Condomínio voluntário	1145
3. Condomínio necessário	1150

4. Condomínio edilício	1151
5. Condomínio de lotes	1162
6. Multipropriedade ou <i>time sharing</i>	1163
7. Fundos de investimento	1169

CAPÍTULO LXIV
DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA

1. Introdução	1174
2. Superfície	1174
3. Servidão	1177
4. Usufruto	1181
5. Uso	1195
6. Habitação	1196
7. Direito do promitente comprador	1197
8. Penhor	1205
9. Hipoteca	1210
10. Anticrese	1216
11. Concessão de uso especial para fins de moradia	1217
12. Concessão de direito real de uso	1221
13. Laje	1223

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO LXV
INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

1. Conceito de família ou conceitos de famílias?	1229
2. Princípios peculiares do direito de família	1233
2.1. Princípio da afetividade	1233
2.2. Princípio da solidariedade familiar	1238
2.3. Princípio da proteção ao idoso	1240
2.4. Princípio da função social da família	1241
2.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes	1243
2.6. Princípio da convivência familiar	1245
2.7. Princípio da intervenção mínima do Estado no direito de família	1247

CAPÍTULO LXVI
NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE O CASAMENTO

1. Conceito e natureza jurídica	1249
2. A promessa de casamento — responsabilidade civil por ruptura do noivado	1254
3. Formas especiais de casamento	1256
3.1. Casamento por procuração	1256
3.2. Casamento nuncupativo	1259
3.3. Casamento em caso de moléstia grave	1261
3.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira	1262
3.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira	1264

CAPÍTULO LXVII
CAPACIDADE, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL

1. Capacidade para o casamento	1267
--------------------------------------	------

1.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos.....	1268
1.2. Antecipação da idade núbil.....	1268
2. Habilitação para o casamento.....	1269
2.1. Requerimento da habilitação.....	1270
2.2. Edital de proclamas.....	1271
2.3. Oposição à habilitação.....	1271
2.4. Certificação da habilitação.....	1272
3. Celebração do casamento.....	1273

CAPÍTULO LXVIII

PLANO DE EXISTÊNCIA DO CASAMENTO

1. Introdução.....	1280
2. Noções gerais do plano de existência do casamento como negócio jurídico.....	1281
2.1. Manifestação de vontade (consentimento).....	1282
2.2. Celebração por autoridade materialmente competente.....	1284

CAPÍTULO LXIX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

1. Conceito e tratamento legal.....	1289
2. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais.....	1290
2.1. Casamento entre parentes em linha reta.....	1290
2.2. Casamento entre afins em linha reta.....	1291
2.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante.....	1292
2.4. Casamento entre colaterais.....	1293
2.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante.....	1295
2.6. Casamento entre as pessoas casadas.....	1295
2.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.....	1296
2.8. Casamento entre adúlteros.....	1297
3. Oposição dos impedimentos.....	1298
4. Efeitos jurídicos do casamento nulo.....	1298

CAPÍTULO LXX

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CAUSAS E ANULAÇÃO

1. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002.....	1301
1.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar.....	1301
1.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento.....	1302
1.3. Vícios de vontade.....	1302
1.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento.....	1303
1.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges.....	1303
1.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama.....	1304
1.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime.....	1307
1.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível.....	1308
1.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial.....	1309
1.3.3. Da coação.....	1310
1.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento.....	1312
1.5. Revogação do mandato no casamento por procuração.....	1312

1.6. Incompetência da autoridade celebrante	1313
2. Prazo e legitimação para anulação do casamento.....	1314
3. Efeitos jurídicos do casamento anulável.....	1315
3.1. Convalescimento do casamento anulável	1316
3.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento.....	1317
3.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento	1317

CAPÍTULO LXXI

PLANO DE VALIDADE DO CASAMENTO: CASAMENTO PUTATIVO

1. Conceito e tratamento legal	1319
2. Reconhecimento da putatividade.....	1321
3. Efeitos jurídicos do casamento putativo	1321
3.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges	1322
3.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges.....	1323

CAPÍTULO LXXII

PLANO DE EFICÁCIA DO CASAMENTO: DEVERES MATRIMONIAIS E CAUSAS
SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

1. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais	1325
2. Os deveres matrimoniais no Código Civil	1326
2.1. Fidelidade recíproca.....	1327
2.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação).....	1329
2.3. Mútua assistência	1329
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos	1331
2.5. Dever de respeito e consideração mútuos	1331
3. Causas suspensivas do casamento	1332
3.1. Noções gerais	1332
3.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha... 1333	
3.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses	1334
3.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal	1334
3.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada	1335
3.6. Arguição das causas suspensivas.....	1335
3.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas.....	1336

CAPÍTULO LXXIII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS FUNDAMENTAIS

1. Conceito e principiologia.....	1337
2. Pacto antenupcial.....	1338
3. Autorização conjugal (“outorga uxória” e “outorga marital”)	1340
4. Regimes de bens no direito civil brasileiro.....	1346
5. Regime legal supletivo.....	1347
6. Regime legal obrigatório.....	1348
7. Mudança de regime de bens do casamento	1353
8. Administração dos bens no casamento	1358

CAPÍTULO LXXIV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

1. Introdução e supletividade.....	1361
2. Conceito e disciplina legal.....	1362
3. Bens excluídos da comunhão.....	1363
4. Bens incluídos na comunhão.....	1363
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens.....	1364

CAPÍTULO LXXV

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

1. Conceito.....	1365
2. Bens excluídos da comunhão.....	1365
3. Tratamento jurídico da administração dos bens.....	1366
4. Extinção da comunhão.....	1366

CAPÍTULO LXXVI

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS

1. Introdução.....	1367
2. Conceito.....	1367
3. Administração das despesas do casal na separação convencional.....	1369

CAPÍTULO LXXVII

REGIME DE BENS DO CASAMENTO: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

1. Antecedentes históricos e conceito.....	1371
2. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens.....	1372
3. As dívidas no regime de participação final nos aquestos.....	1374
4. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos.....	1376

CAPÍTULO LXXVIII

BEM DE FAMÍLIA

1. Conceito e classificação do bem de família.....	1378
2. Disciplina jurídica do bem de família voluntário.....	1379
3. Disciplina jurídica do bem de família legal.....	1382

CAPÍTULO LXXIX

UNIÃO ESTÁVEL E OUTRAS MODALIDADES DE ENTIDADES FAMILIARES

1. Conceito de união estável.....	1387
2. Elementos caracterizadores.....	1390
2.1. Reflexão sobre o tema da dualidade de sexos.....	1390
2.2. Elementos caracterizadores essenciais.....	1391
2.2.1. Publicidade.....	1391
2.2.2. Continuidade.....	1392
2.2.3. Estabilidade.....	1392
2.2.4. Objetivo de constituição de família.....	1392
2.3. Elementos acidentais.....	1394
3. Impedimentos para a configuração da união estável.....	1395
4. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros.....	1397
5. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens.....	1399

6. Conversão da união estável em casamento	1406
7. Família monoparental.....	1408
8. Família homoafetiva.....	1410
9. Família poliafetiva	1416

CAPÍTULO LXXX DIVÓRCIO

1. Conceito de divórcio e tratamento jurídico atual.....	1419
2. O divórcio extrajudicial.....	1422
3. O divórcio judicial	1428
4. Uso do nome pós-divórcio	1428

CAPÍTULO LXXXI PODER FAMILIAR E GUARDA DE FILHOS

1. Conceito de poder familiar	1432
2. Exercício do poder familiar.....	1432
3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores	1434
4. Extinção, suspensão e destituição do poder familiar	1436
5. Guarda de filhos.....	1437
6. Alienação parental.....	1446

CAPÍTULO LXXXII FILIAÇÃO

CONTÉM VIDEOAULA



1. Introdução.....	1453
2. A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação	1453
3. Reconhecimento voluntário.....	1455
4. Reconhecimento judicial	1460
4.1. Noções gerais	1460
4.2. Ação de investigação de paternidade.....	1460
4.3. Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho.....	1465
4.4. Multiparentalidade	1470

CAPÍTULO LXXXIII PARENTESCO

1. Conceito jurídico de parentesco.....	1476
2. Visão classificatória do parentesco.....	1476
2.1. Classificação do parentesco quanto à natureza.....	1477
2.1.1. Parentesco natural.....	1477
2.1.2. Parentesco civil	1478
2.1.3. Parentesco por afinidade.....	1479
2.2. Classificação do parentesco quanto a linhas	1480
2.2.1. Parentesco em linha reta	1481
2.2.2. Parentesco em linha colateral.....	1481
2.3. Classificação do parentesco quanto a graus	1482

3. Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável.....	1482
4. Restrições legais decorrentes do parentesco.....	1483
5. Adoção.....	1484

CAPÍTULO LXXXIV ALIMENTOS

1. Terminologia e conceito.....	1487
2. Pressupostos e critérios de fixação.....	1488
3. Legitimação e características da obrigação alimentar.....	1490
4. Classificações.....	1496
5. A culpa em sede de alimentos.....	1498
6. A prisão do devedor de alimentos.....	1502
7. Alimentos gravídicos.....	1504
8. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos.....	1506

CAPÍTULO LXXXV TUTELA, CURATELA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA

1. Noções introdutórias.....	1510
2. Distinção conceitual de tutela e curatela.....	1510
3. Tutela.....	1511
3.1. Sujeitos da tutela.....	1512
3.2. Objeto da tutela.....	1516
3.3. Cessaçãõ da tutela.....	1523
4. Curatela.....	1524
4.1. Sujeitos da curatela.....	1524
4.2. Alguns aspectos processuais da curatela.....	1527
5. Tomada de decisão apoiada.....	1528

SUCESSÕES

CAPÍTULO LXXXVI NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. A morte como fato jurídico.....	1531
2. Compreensão do direito sucessório: conceito e fundamentação jurídico-ideológica.....	1533
3. Sucessão hereditária: conceito e espécies.....	1535
3.1. Classificação da sucessão hereditária pela matriz normativa.....	1536
3.2. Classificação da sucessão hereditária pelo conjunto de bens transmitidos.....	1537
4. Princípios específicos do direito sucessório.....	1537
4.1. Princípio da <i>saisine</i>	1537
4.2. Princípio (<i>non</i>) <i>ultra vires hereditatis</i>	1542
4.3. Princípio da função social da herança.....	1544
4.4. Princípio da territorialidade.....	1544
4.5. Princípio da temporariedade.....	1545
4.6. Princípio do respeito à vontade manifestada.....	1546

CAPÍTULO LXXXVII ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA

1. Noções introdutórias.....	1547
------------------------------	------

2. Administração da herança	1547
3. Responsabilidade do administrador da herança (e do inventariante)	1550
4. Sucessão em bens de estrangeiros	1551

CAPÍTULO LXXXVIII
ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1. Introdução	1553
2. Aceitação da herança	1554
2.1. Distinção entre aceitação e delação da herança	1554
2.2. Classificação	1555
2.2.1. Aceitação expressa	1555
2.2.2. Aceitação tácita	1555
2.2.3. Aceitação presumida	1556
2.3. Efeitos	1556
2.4. Revogação da aceitação	1557
2.5. Transmissibilidade do direito de aceitação da herança	1557
3. Renúncia da herança	1558

CAPÍTULO LXXXIX
CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

1. Introdução	1563
2. Compreendendo a natureza da chamada “renúncia translativa”	1564
3. Delimitação conceitual da cessão de direitos hereditários	1565
4. Disciplina jurídica	1565
5. Necessidade da autorização conjugal	1569

CAPÍTULO XC
VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1. Introdução	1572
2. Legitimados para a sucessão hereditária em geral	1572
3. Legitimidade especial na sucessão testamentária	1574
3.1. Filhos ainda não concebidos de pessoa indicada pelo testador (prole eventual)	1574
3.1.1. Discussão sobre o enquadramento do embrião como prole eventual	1579
3.1.2. Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de vocação hereditária autônoma ao embrião	1580
3.2. Pessoas jurídicas	1582
3.3. Fundações	1582
4. Impedimentos legais sucessórios	1583

CAPÍTULO XCI
EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1. Introdução	1586
2. Exclusão por indignidade	1586
2.1. Causas de exclusão por indignidade	1587
2.1.1. Autoria, coautoria ou participação em homicídio doloso tentado ou consumado	1588
2.1.2. Delitos contra a honra	1590
2.1.3. Violência ou fraude	1591

2.2. Efeitos da exclusão por indignidade	1593
3. Teoria do herdeiro aparente	1593
4. Perdão do indigno.....	1594
5. Deserdação.....	1594
5.1. Conceito.....	1595
5.2. Hipóteses legais de deserdação	1595
5.3. Procedimento.....	1598
5.4. Efeitos de deserdação e direito de representação.....	1599

CAPÍTULO XCII
HERANÇA JACENTE

1. Conceito	1601
2. Natureza	1601
3. Arrecadação.....	1602
4. Herança vacante.....	1603

CAPÍTULO XCIII
DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1. Conceito	1605
2. Natureza jurídica e objetivos	1605
3. Prazo para exercício	1607
4. Legitimidade.....	1608
5. A petição de herança e a boa-fé	1608

CAPÍTULO XCIV
SUCESSÃO LEGÍTIMA

CONTÉM VIDEOAULA



1. Noções conceituais	1610
2. Disciplina jurídica positivada da sucessão legítima.....	1610
2.1. Considerações gerais e regras fundamentais.....	1610
2.2. Sucessão pelo descendente.....	1612
2.2.1. Correntes explicativas da concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da comunhão parcial.....	1614
2.2.2. Compreensão da expressão “bens particulares” para efeito de concorrência do cônjuge sobrevivente com o descendente.....	1617
2.2.3. Concorrência do descendente com o cônjuge sobrevivente, no regime da separação convencional de bens	1620
2.3. Sucessão pelo ascendente	1624
2.4. Sucessão pelo cônjuge.....	1626
2.4.1. O usufruto vidual	1627
2.4.2. Direito real de habitação.....	1629
2.4.3. Disciplina efetiva da sucessão do cônjuge	1632
2.5. Sucessão pela(o) companheira(o).....	1636
2.6. Sucessão pelo colateral	1643
2.7. Sucessão pelo ente público.....	1646

CAPÍTULO XCV
DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1.	Conceito	1648
2.	Características.....	1648
3.	Fundamento e finalidade.....	1650
4.	Efeitos	1651

CAPÍTULO XCVI
SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1.	Noções gerais sobre o testamento	1653
1.1.	Sobre o poder de testar	1653
1.2.	Conceito e natureza jurídica	1655
1.3.	Características essenciais	1656
1.4.	Modalidades classificatórias do testamento	1659
2.	Aspectos relevantes do plano da validade aplicável ao testamento.....	1659
2.1.	Manifestação de vontade livre e de boa-fé	1660
2.2.	Capacidade de testar.....	1660
2.3.	Objeto do testamento	1661
2.4.	Forma prescrita em lei	1662
2.5.	Prazo das ações de invalidade de testamento.....	1662
3.	O testamenteiro.....	1663
4.	Regência temporal da lei reguladora da sucessão testamentária	1670

CAPÍTULO XCVII
FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1.	Introdução.....	1673
2.	Formas proibidas de testamento	1673
3.	Testamento público	1674
4.	Testamento cerrado.....	1677
5.	Testamento particular.....	1681

CAPÍTULO XCVIII
FORMAS EXTRAORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1.	Testamento marítimo e aeronáutico.....	1684
2.	Testamento militar	1687

CAPÍTULO XCIX
CODICILO

1.	Conceito e denominação	1691
2.	Finalidade e objeto do instituto.....	1691
3.	Forma.....	1693
4.	Relação do codicilo com o testamento	1695
5.	Revogação.....	1695

CAPÍTULO C
DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1.	Conceito de disposição testamentária.....	1697
2.	Modalidades	1697
3.	Interpretação	1698

4. Sobre a nomeação de herdeiros e a distribuição de quinhões ou bens individualmente considerados	1699
5. Validade das cláusulas testamentárias	1702
6. Prazo para impugnação	1705
7. Limitações de eficácia	1706
8. Cláusulas de restrição de propriedade	1707

CAPÍTULO CI LEGADOS

1. Noções conceituais	1710
2. Sujeitos	1711
3. Objeto	1711
4. Tipologia	1714
5. Efeitos	1716
6. Pagamento	1719
7. Caducidade	1721

CAPÍTULO CII DIREITO DE ACRESCEER E REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Introdução	1724
2. Direito de acrescer	1724
3. Redução das disposições testamentárias	1727

CAPÍTULO CIII SUBSTITUIÇÕES

1. Introdução	1730
2. Substituição vulgar ou ordinária	1731
3. Substituição recíproca	1733
4. Substituição fideicomissária (fideicomisso)	1734
5. Substituição compendiosa	1738

CAPÍTULO CIV EXTINÇÃO DO TESTAMENTO (INVALIDADE, CADUCIDADE, REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO)

1. Invalidez do testamento	1739
1.1. Prazo das ações de invalidez de testamento	1741
1.2. Conversão do testamento nulo ou anulável	1742
2. Inexecução do testamento	1744
2.1. Caducidade	1744
2.2. Revogação	1745
2.3. Rompimento	1747

CAPÍTULO CV INVENTÁRIO

1. Delimitação conceitual e classificação	1750
2. Inventário e espólio	1750
3. Administração provisória da herança	1751
4. O inventariante	1752
5. Início e prazo do inventário	1753

6. Liquidação da herança	1755
6.1. Sonogados	1755
6.2. Colações	1756
6.3. Pagamento das dívidas	1759
6.4. Avaliação e cálculo do imposto	1762
7. Inventário negativo	1763
8. Inventário administrativo	1764
9. Inventário judicial	1766
10. Alvará judicial	1767

CAPÍTULO CVI

PARTILHA

1. Noções conceituais	1769
2. Espécies de partilha	1770
3. Legitimidade para requerimento da partilha	1770
4. Partilha em vida	1771
5. Isonomia na partilha	1771
6. Alienação judicial	1772
7. Homologação da partilha	1772
8. Da garantia dos quinhões hereditários	1774
9. Da invalidade de partilha: ação anulatória (anulação da partilha) e ação rescisória	1774
10. Sobrepartilha	1775
<i>Referências</i>	1777